d) 12 Valores — Escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado.

7.2.2 — Experiência Profissional — experiência no exercício de funções inerentes à categoria de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 valores — mais de 3 anos no exercício de funções em realidade social e escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

b) 15 valores — experiência inferior a 3 anos e superior a 6 meses no exercício de funções em realidade social, escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

c) 10 valores — experiência inferior a 6 meses no exercício de funções em realidade social escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

d) 0 valores — nenhuma experiência em funções em realidade social escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

7.2.3 — Qualificação Profissional/Formação — direta ou indiretamente relacionada com a área funcional a recrutar. Será valorada no mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce até o máximo de 20 valores, o seguinte:

a) 10 valores — formação diretamente relacionada com a área funcional num total de 60 ou mais horas;

b) 8 valores — formação diretamente relacionada com a área funcional num total de 15 horas (ou mais) e menos de 60 horas;

c) 4 valores — formação indiretamente relacionada num total de 60 ou mais horas;

d) 2 valores — formação indiretamente relacionada num total de 15 horas (ou mais) e menos de 60 horas;

7.3 — Os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores no método de seleção (AC) consideram-se excluídos da lista unitária de ordenação final.

8 — Critérios de desempate:

8.1 — Em caso de igualdade de valoração, os critérios de desempate a adotar são os constantes do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

8.2 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela Lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência o candidato de maior idade.

9 — Composição e identificação do Júri do Concurso:

- a) Presidente — Libertina Julieta Pereira Peralta;
- b) Vogais efetivos: Ana Leonor Franco Correia Sousa e Carla Sofia da Silva Carriço;
- c) Vogais suplentes: Fernanda Maria Salvador Ferreira Caetano e Luísa do Rosário Correia Silva;
- d) O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

10 — A lista unitária de ordenação final, após homologação da Diretora do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia, é afixada nas instalações da escola sede do agrupamento, em local visível e público, e disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento, em <http://atb23.net>, sendo ainda publicado um aviso no *Diário da República*, 2.ª série, com informação sobre a sua publicitação.

11 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade e de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e progressão profissional, escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

12 — Nos termos do disposto do n.º 1, do artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente aviso será publicado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no primeiro dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia, por extrato, e no prazo máximo de 3 dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

13 — Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2018/2019.

14 — Em tudo o que não se encontre expressamente previsto no presente aviso, o procedimento concursal rege-se-á pelas disposições constantes da legislação em vigor.

30 de agosto de 2018. — A Diretora, *Deolinda Sara Gomes Andrade e Guardado da Silva*.

311623195

Agrupamento de Escolas José Saramago, Palmela

Aviso (extrato) n.º 13131/2018

1 — O Agrupamento de Escolas José Saramago, Palmela, torna público que pretende contratar 2 trabalhadores para prestação de serviços na categoria de Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

2 — Local de trabalho: Agrupamento de Escolas José Saramago, situado no Poceirão, concelho de Palmela.

3 — Função: prestação de serviços de limpeza e outros.

4 — Horário semanal: 3h 30m/dia.

5 — Remuneração ilíquida/hora: 3,82€ (três euros e oitenta e dois cêntimos).

6 — Duração do contrato: com período definido de 17 de setembro de 2018 até ao dia 21 de junho de 2019, ao abrigo da alínea h) do artigo 57.º da LTFP.

7 — Nível de escolaridade exigido: escolaridade obrigatória ou experiência profissional comprovada.

8 — Método de seleção: Avaliação Curricular.

9 — Prazo de candidatura: dez dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso.

10 — Formalização da candidatura: as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de impresso próprio, fornecido nos Serviços Administrativos e disponível na página eletrónica do Agrupamento em www.aejs.pt e entregue no prazo de candidatura, pessoalmente, via *email* ou por correio com registo e aviso de receção para a seguinte morada:

Agrupamento de Escolas José Saramago, 2965-237 Poceirão

11 — Documentos a apresentar com a candidatura: o formulário de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- i) Comprovativo do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
- ii) Cópia do certificado de habilitações literárias;
- iii) Currículo e outros documentos que o candidato considere de interesse;
- iv) Declaração de tempo de serviço, prestado na carreira e categoria de Assistente Operacional, se aplicável.

Às candidaturas dos candidatos com processo no Agrupamento é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas sublinhas i), ii) e iii).

12 — Composição do Júri:

Presidente: Marco Antunes (Subdiretor)

Vogais efetivos:

Maria de Lurdes Sanches (Adjunta da Direção)

Maria da Conceição Gonçalves (Encarregada Operacional)

Vogais suplentes:

Albano Santos (Adjunto da Direção)

Isabel Neto (Coordenadora Técnica)

31 de agosto de 2018. — A Diretora, *Maria Guilhermina Tavares Morgado*.

311622847

Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde, Sesimbra

Aviso (extrato) n.º 13132/2018

Torna-se público que se encontra aberto na sede do Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde, Sesimbra pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, o processo de seleção para contrato de prestação de serviços, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a tempo parcial, ao abrigo da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e autorizado por despacho de 13 de agosto 2018, da Senhora Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Tipo de oferta — 4 assistentes operacionais de grau 1;

Função — prestação de serviços/tarefas de limpeza e eventual substituição de assistentes operacionais;

Remuneração: valor hora — 3,82€/hora

Período de trabalho — 3h30 m/dia

Requisitos habilitacionais — escolaridade obrigatória de acordo com a idade do candidato que pode ser substituída por experiência profissional comprovada;

Método de seleção: dado a urgência do procedimento será utilizada como único método de seleção a avaliação curricular.

Duração do contrato: com período definido a partir da data da assinatura do contrato até ao dia 21 de junho de 2019.

Apresentação e formalização da candidatura — mediante impresso próprio, fornecido aos interessados pelos serviços administrativos na sede do Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde, Sesimbra.

3 de setembro de 2018. — O Diretor, *Luís Pacheco*.

311626119

Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos, Lisboa

Aviso n.º 13133/2018

Nos termos dos artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por despacho da Ex.^{ma} Sr.^a Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares torna-se público que se encontra aberto, o procedimento concursal para dois contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para assegurar os serviços de limpeza.

1 — 2 Contratos com tempo parcial de 3,5 horas/dia;
2 — Local de trabalho: Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos;
3 — Função: Para assegurar os serviços de limpeza;
4 — Remuneração Horária: 3,82€ (três euros e oitenta e dois cêntimos) conforme estabelecido no artigo 155.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

5 — Duração do Contrato: do dia útil seguinte ao da homologação com o período definido de 17 de setembro de 2018 até 21 de junho de 2019;

6 — Requisitos legais exigidos: os requisitos gerais mencionados no artigo 17.º da LTFP e escolaridade obrigatória de acordo com a idade;

7 — Prazo de concurso: 10 dias a contar da data de publicação do presente aviso;

8 — Composição do Júri:

Presidente: António José Cardoso Ribeiro, Subdiretor do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos

Vogais efetivos: Andreia Margarida Vieira Martinho Filipe Graça e Maria do Carmo Caldeira Afonso Cravo, professoras adjuntas da Diretora;

9 — Método de Seleção: Avaliação Curricular;

10 — Critérios de Seleção:

a) Ter exercido funções na escola;

b) Experiência profissional de acordo com as funções a desempenhar;

11 — Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser apresentadas, através de preenchimento de formulário próprio disponibilizado nos serviços administrativos desta Escola e nele entregues pessoalmente no prazo na candidatura.

Os formulários das candidaturas deveram ser acompanhados dos seguintes documentos:

Curriculum Vitae,

Certificado de Habilitações Literárias (Fotocópia),

Declaração de experiência profissional (Fotocópia).

Os candidatos que tenham exercido funções no Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos estão dispensados da apresentação de documentos comprovativos da experiência profissional.

A lista de ordenação final dos candidatos será afixada em local visível e público nas instalações do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos.

11 de setembro de 2018. — A Diretora, *Ana Cristina Sérgio Neves*.

311623657

Agrupamento de Escolas do Restelo, Lisboa

Aviso n.º 13134/2018

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 2 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional.

O Agrupamento de Escolas do Restelo torna público que se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar do dia seguinte à publicação

do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal para preenchimento de dois postos de trabalho da carreira de Assistente Operacional, em Regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, mediante o despacho de 16 de agosto de 2018 do Diretor do Agrupamento de Escolas do Restelo, no uso das competências que lhe foram delegadas por autorização da Senhora Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, de 13 de agosto de 2018.

1 — N.º de trabalhadores: dois.

2 — Local de trabalho: Agrupamento de Escolas do Restelo, Rua Antão Gonçalves, 1400-015 Lisboa.

3 — Função: Os postos de trabalho a concurso caracterizam-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de assistente operacional, tal como descrito no anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nomeadamente:

a) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;

b) Efetuar, no interior e exterior, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento dos serviços.

4 — Horário semanal: 17 horas e 30 minutos semanais (3 horas e 30 m/dia).

5 — Remuneração: calculada com base na Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG).

6 — Duração do contrato: 17 de setembro de 2018 até ao dia 21 de junho de 2019.

7 — Requisitos legais de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

ii) 18 anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

b) Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1 de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

c) Os candidatos deverão ser titulares da escolaridade obrigatória ou equivalente, podendo esta ser substituída por formação ou experiência profissional comprovada.

8 — Método de seleção

8.1 — Considerando a urgência do procedimento e atento o disposto no n.º 5 do artigo 56.º, no artigo 36.º da LTFP e no artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, aplica-se o método de seleção Avaliação Curricular (AC).

A ponderação a utilizar é a seguinte: Avaliação Curricular (AC) — 100 %.

8.2 — Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que obrigatoriamente são os seguintes: Habilitação Académica de Base ou Curso equiparado, Experiência Profissional, Formação Profissional e Avaliação de Desempenho. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

9 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis, a contar da data de publicação do Aviso de Abertura na 2.ª série do *Diário da República*.

10 — As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, sob pena de exclusão, mediante preenchimento de formulário próprio da escola, disponibilizado no sítio eletrónico da mesma, em <http://restelo-es.weebly.com/>, podendo ser obtido junto dos serviços de administração escolar do Agrupamento, na Escola Secundária do Restelo, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações desta, ou enviadas pelo correio, para a morada identificada no n.º 2 do presente Aviso, em carta registada, com Aviso de receção, dirigida ao Diretor do Agrupamento de Escolas do Restelo.

11 — Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;

Certificado do registo criminal, de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro;